



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO NÚMERO 1 3 4 3 8 DE 28 DE SETEMBRO DE 2021

DISPÕE SOBRE O USO DO NOME SOCIAL E O RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE GÊNERO DE PESSOAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

DANIEL ALONSO, Prefeito Municipal de Marília, usando de atribuições legais, tendo em vista o que consta no Protocolo nº 35934/2021,

Considerando que a regulamentação da adoção do chamado “nome social” advém diretamente da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 1º, inciso III e artigo 3º, incisos III e IV.

DECRETA:

Art. 1º. Este decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis, mulheres transexuais e homens trans em todos os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista municipal, bem como nos serviços sociais autônomos instituídos pelo Município, concessionárias de serviços públicos municipais e pessoas jurídicas referidas no artigo 2º, inciso I, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que mantenham qualquer espécie de ajuste com a Administração Municipal.

Art. 2º. Para os efeitos deste decreto, entende-se por:

- I - nome social: aquele pelo qual travestis, mulheres transexuais e homens trans se reconhecem, bem como são identificados/as por sua comunidade e em seu meio social;
- II - identidade de gênero: a dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como esta se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo biológico.

Art. 3º. As travestis, mulheres transexuais e homens trans que queiram ser chamados/as pelo nome social deverão manifestar essa vontade perante o órgão, entidade, instituição ou empresa, conforme referido no artigo 4º deste decreto.

§ 1º. É vedada a exigência de testemunhas ou de quaisquer outros requisitos que não a autodeclaração.

§ 2º. No caso de servidores municipais, a utilização de nome social em registros e sistemas deve ser requerida por escrito ao setor responsável pelo cadastramento interno.

Art. 4º. É dever de todos os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais, bem como dos serviços sociais autônomos instituídos pelo Município, concessionárias de serviços públicos municipais e pessoas jurídicas referidas no artigo 2º, inciso I, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que mantenham qualquer espécie de ajuste com a Administração Municipal, adotar, utilizar e respeitar o nome social das travestis, mulheres transexuais e homens trans, nos termos deste decreto.



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 13438/2021

-fl.02-

§ 1º. O uso do nome social deve ser amplamente respeitado, principalmente em:

- I - fichas de cadastro, formulários, prontuários, petições, documentos de tramitação e requerimentos de quaisquer natureza;
- II - cadastros para ingresso e permanência nas pessoas jurídicas que se encontram obrigadas ao uso do nome social, conforme previsto no “caput” deste artigo;
- III - comunicações internas de uso ou circulação coletiva, especialmente memorandos, escala de férias e holerites impressos;
- IV - endereços de correios eletrônicos;
- V - identificações funcionais de uso interno dos órgãos, entidades, instituições ou empresas;
- VI - listas de ramais dos órgãos, entidades, instituições ou empresas;
- VII - nomes de usuários em sistemas de informática;
- VIII - inscrições em eventos promovidos pelos órgãos, entidades, instituições ou empresas e expedição dos respectivos certificados.

§ 2º. Fica vedado o uso do respectivo nome civil, o qual, quando necessário, deverá ser substituído pelo número do registro funcional ou matrícula do servidor/empregado, da cédula de identidade ou do registro nacional de estrangeiro.

§ 3º. A identificação pelo registro civil da travesti, mulher transexual ou homem trans deve limitar-se aos sistemas internos de acesso restrito e informações sociais previstas na legislação trabalhista.

§ 4º. Em casos absolutamente necessários de uso do nome constante do registro civil, este deverá ser escrito entre parênteses, garantindo-se destaque ao nome social.

Art. 5º. É vedada a publicação, no Diário Oficial do Município de Marília, de quaisquer procedimentos utilizando o nome civil de travestis, mulheres transexuais ou homens trans, desde que respeitado o disposto no “caput” do artigo 3º deste decreto.

Parágrafo único. Nos casos de publicação de procedimentos no Diário Oficial do Município, o nome civil da travesti, mulher transexual ou homem trans deve ser substituído por número de documento oficial, acompanhado do respectivo nome social.

Art. 6º. Os sistemas internos dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais, bem como dos serviços sociais autônomos instituídos pelo Município, deverão incorporar, quando atualizados, o campo “nome social”.

Parágrafo único. Até que sejam estabelecidas as adequações de que trata o “caput” deste artigo, a anotação do nome social deve ser feita de acordo com o disposto no § 4º do artigo 4º deste decreto.

Art. 7º. Agentes públicos e empregados do setor privado vinculados, conforme o caso, aos órgãos, entidades, instituições ou empresas referidas no artigo 4º deste decreto deverão respeitar a identidade de gênero das travestis, mulheres transexuais e homens trans e tratá-los/as pelos nomes por eles/as indicados, que constarão dos atos escritos.



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 13438/21

-fl.03-

Art. 8º. Sem prejuízo de outras hipóteses previstas na legislação, as alterações de dados no Cadastro de Contribuintes Mobiliário - CCM serão realizadas diretamente pela Secretaria Municipal da Fazenda para inclusão ou exclusão do nome social de travestis, mulheres transexuais e homens trans cadastrados na condição de autônomos.

§ 1º. A alteração a que se refere o "caput" deste artigo será feita mediante apresentação de requerimento do(a) interessado(a), diretamente na Secretaria Municipal da Fazenda, conforme modelo a ser aprovado por portaria do Titular dessa Pasta.

§ 2º. O requerimento referido no § 1º deste artigo poderá ser apresentado por procurador munido de procuração com poderes específicos.

Art. 9º. O Serviço Funerário do Município de Marília no âmbito dos cemitérios públicos municipais a ele vinculados, bem como os cemitérios particulares localizados no território do Município, deverão garantir, em todos os seus registros, o uso do nome social de travestis, mulheres transexuais e homens trans que, quando falecidos, venham a ser sepultados nessas necrópoles, inclusive em suas respectivas lápides, ficando a pessoa em vida manifestar ou mediante a apresentação de simples requerimento por qualquer membro da família da pessoa falecida.

Art. 10. Todas as unidades dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista municipal, bem como os serviços sociais autônomos instituídos pelo município, as concessionárias de serviços públicos municipais e pessoas jurídicas referidas no artigo 2º, inciso I, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que mantenham qualquer espécie de ajuste com a Administração Municipal deverão afixar, em local visível, placa contendo a seguinte mensagem: "AQUI RESPEITAMOS O SEU NOME SOCIAL."

§ 1º. Fica facultado às pessoas jurídicas de direito privado não alcançadas por este decreto aplicar suas disposições nos respectivos estabelecimentos, inclusive afixar, em local visível, placa contendo a seguinte mensagem: "AQUI RESPEITAMOS O SEU NOME SOCIAL."

§ 2º. As placas a que se refere o "caput" e o § 1º deste artigo deverão ser confeccionadas no tamanho 40cmx20cm, conforme modelo e especificações de texto disponibilizado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

Art. 11. Nos termos do artigo 3º da Lei Estadual nº 10.948, de 5 de novembro de 2001, são passíveis de punição o/a cidadão/ã, inclusive os/as detentores/as de função pública, civil ou militar, e toda organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, localizadas no território do Estado de São Paulo, que intentarem contra suas disposições, o que inclui o desrespeito ao uso do nome social de que trata este decreto. E considerar-se como crime LGBTfobia, qualquer violação de direitos humanos, que é caracterizada pelo preconceito contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e demais identidades de gênero de acordo com a Lei Federal nº 7.716/1989 (Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor).



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 13438/2021

-fl.04-

Paragrafo único. Neste decreto, as implicações criminais de condutas e violências transfóbicas, também chamados de crimes LGBTfobia, onde qualquer pessoa que se sinta lesada criminalmente pode incorrer a Lei Federal nº 7.716/1989.

Art. 12. Os servidores e empregados públicos vinculados aos órgãos da Administração Pública Municipal Direta, bem como às autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista municipal, que, no exercício de seus cargos, funções e empregos públicos, por ação ou omissão, deixarem de cumprir as disposições deste decreto, poderão ser responsabilizados por descumprimento de dever funcional, sujeitando-se às penalidades previstas nos regimentos próprios que disciplinam seus vínculos funcionais ou empregatícios com os respectivos órgãos ou entidades, garantida a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, na forma da legislação vigente.

§ 1º. Para os efeitos deste artigo, a denúncia ou representação, preferentemente acompanhada dos elementos disponíveis sobre as circunstâncias do caso, deverá ser apresentada ou encaminhada diretamente à Secretaria Municipal de Direitos Humanos através do Centro de Referência de Direitos Humanos e DISQUE 100 e/ou Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Marília (COMPIR), para fins de análise e apuração preliminar.

§ 2º. Na hipótese de constatação de existência de elementos mínimos de prova acerca do ocorrido, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, deverá encaminhar a denúncia ou representação, acompanhada de relatório circunstanciado e opinativo, ao órgão ou entidade competente da Administração Direta ou Indireta, conforme a vinculação funcional ou empregatícia do/a agente público/a, visando a eventual instauração do procedimento disciplinar cabível na espécie.

Art. 13. Este Decreto entrará em vigor após 60 (sessenta) dias da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Marília, 28 de setembro de 2021.



DANIEL ADONSO
Prefeito Municipal

MARCOS TADEU BOLDRIN DE SIQUEIRA
Secretário Municipal da Administração





Prefeitura Municipal de Marília
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 13438/2021

-fl.05-



WILSON ALVES DAMASCENO
Secretário Municipal de Direitos Humanos

Registrado na Secretaria Municipal da Administração, em 28 de setembro de 2021.